

# **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL**

Marcela de Almeida Maia<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo apresenta como tema central a reflexão sobre a necessidade de proteção da dignidade da pessoa humana ante o cenário de desemprego estrutural ora vivenciado, principalmente por ser a valorização do trabalho humano e a busca pelo pleno emprego deveres constitucionais assumidos pelo Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Valorização do trabalho humano. Desemprego estrutural. Dignidade da pessoa do trabalhador.

## **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho é um meio legítimo de ascensão social, tanto no tocante ao valor material, quanto ao valor moral. O

---

<sup>1</sup> Advogada e Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, área de concentração em Direito Econômico.

homem sente-se cidadão, ou seja, parte integrante da sociedade no qual se encontra inserido no momento em que pode contribuir para o seu desenvolvimento, bem como quando consegue prover a si próprio e a sua família o necessário à subsistência.

Vários instrumentos jurídicos tentam prover boas condições de trabalho, bem como justa remuneração aos obreiros. A Constituição Federal de 1988, em diversos pontos do texto, expõe a relevância do trabalho, como, por exemplo, nos artigos 6º ao 11 nos quais o direito ao trabalho é tratado como direito fundamental social, no artigo 170 explicita no *caput* que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e no inciso VIII estabelece a busca pelo pleno emprego.

Contudo, mesmo com um grande aparato legal, o direito ao trabalho encontra-se em crise. O grande avanço tecnológico, pensado inicialmente como um meio de beneficiar o trabalhador, posto que o ajudaria a realizar o serviço em menor tempo, acabou por se transformar em um pesadelo ao trazer como consequência o desemprego estrutural, com a diminuição considerável do número de postos de trabalho.

É, destarte, nesse contexto de desemprego que se entende pertinente a reflexão sobre a necessidade de proteção

do direito ao trabalho como meio de assegurar a dignidade da pessoa humana, haja vista ser através do labor que se consegue prover o sustento próprio e dos que de si dependem, bem como a inserção social.

## **2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO**

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988, inegavelmente, apresenta eminente cunho social. Com efeito, foi elaborada no momento em que os valores do Estado do Bem-estar Social eram enfatizados e no período de redemocratização do Brasil. Assim, havia grande preocupação com a seara social e com a necessidade de imposição de limites ao mercado.

O Brasil não mais vivenciava a época do “milagre econômico”, encontrava-se em recessão econômica decorrente, dentre outros fatores, das duas crises do petróleo ocorridas na década de 1970. Os níveis de pobreza cresceram em todo o território nacional, de forma que, se no início da década de oitenta 24,4% (vinte e quatro vírgula quatro por cento) da população brasileira era pobre, em 1988

observou-se um aumento dessa proporção para 39,3% (trinta e nove vírgula três por cento) da população (SINGER, 2000).

Urgia uma legislação que priorizasse o desenvolvimento social. A Constituição Federal de 1988 tentado atingir esse propósito trouxe em seu texto uma série de normas programáticas que vinculam a atuação do Estado ao desenvolvimento da seara social através da promoção da educação, da saúde, da previdência social, do trabalho, dentre outros.

O direito ao trabalho encontra-se assegurado em diversos trechos da Lei Maior brasileira (MORAES, 2005). No Preâmbulo da Carta Magna nacional explica-se que o Estado Democrático de Direito destina-se a assegurar o exercício, além de outros, dos direitos sociais. No art. 1º expõe-se que a República Federativa do Brasil apresenta como um de seus fundamentos “os valores sociais do trabalho”. No art. 3º afirma-se que constitui objetivo fundamental do Estado brasileiro “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. No Título II que trata dos direitos sociais, expõe-se nos artigos 6º ao 11 o direito ao trabalho como um direito fundamental. No *caput* do art. 170, referente aos princípios da atividade econômica, tem-se que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos

existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando dentre outros, o princípio da busca do pleno emprego, conforme o inc. VIII do mesmo artigo. Este rol de artigos constitucionais, embora exemplificativo, é capaz de demonstrar a relevância conferida ao trabalho humano.

Com efeito, mesmo no capítulo destinado à parte eminentemente capitalista - a ordem econômica – o direito ao trabalho não foi olvidado. Registre-se que não se assegura apenas o direito ao trabalho, mas os valores sociais do trabalho. Isto implica dizer que ao trabalhador não deve apenas ser assegurado um espaço no mercado de trabalho como se sua força laboral fosse mera mercadoria, mas devem ser asseguradas condições básicas para a realização do serviço, tendo em vista que é realizado por um cidadão em prol da satisfação das necessidades sociais. É devido a esta finalidade social e cooperativa do trabalho que deve ser garantida a dignidade da pessoa do trabalhador em todos os momentos da execução da atividade laboral, bem como no pagamento de um salário capaz de permitir ao empregado, conforme o art. 7º, inc. IV da Constituição Federal de 1988, “atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.

Esta é a grande diferença entre a Emenda Constitucional de 1969 e a Constituição Federal de 1988. A primeira, em seu art. 160, inc. VI, assegurava que era um princípio da ordem econômica “a expansão das oportunidades de emprego produtivo”. A segunda prevê a valorização social do trabalho, ou seja, além da ampliação do mercado de trabalho, preocupa-se com as condições de realização do labor.

Contudo, o desejo do legislador não saiu dos limites do texto constitucional. A realidade atual marcada pelo desemprego estrutural dificulta a implementação de políticas que valorizem o trabalho humano e que exaltem os valores sociais deste. Com efeito, a luta, agora, repousa não na conquista de novos direitos laborais, mas na manutenção dos postos de emprego existentes.

### **3 DESEMPREGO ESTRUTURAL NO BRASIL**

O Estado brasileiro apresenta como um dos princípios que devem ser observados pela ordem econômica “a busca do pleno emprego”. Entretanto, até hoje, passados 18 anos da outorga da Constituição Federal o governo não

conseguiu implementar medidas políticas satisfatórias para o alcance do objetivo almejado.

Pelo contrário, o economista da UNICAMP Márcio Pochmann analisando dados oficiais de 141 países, constatou que, em 1999, o Brasil era o terceiro país em desemprego aberto no mundo, em números absolutos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía, naquele momento, 7,7 milhões de pessoas desempregadas<sup>2</sup>.

Dados da OIT demonstram que em 2003, 8.640 milhões de pessoas economicamente ativas estavam desempregadas, correspondendo a 9,7% de desempregados na população economicamente ativa brasileira<sup>3</sup>.

O IBGE, que realiza pesquisas mensais sobre o mercado de trabalho, divulgou relatório apontando que, em março de 2006, a taxa de desemprego alcançou o patamar de 10%<sup>4</sup> nas regiões metropolitanas brasileiras.

---

<sup>2</sup> O resultado a nível mundial especificou um total de 138 milhões de pessoas sem emprego. O Brasil atingiu 5,61% do total, ficando atrás apenas da Rússia, que apresentou o total de 9,1 milhões e da Índia, com 40 milhões.

<sup>3</sup> Dados disponíveis na página <<http://www.laborsta.ilo.org/>>. Atualizado em Maio/2006. Acesso em 18.05.2006. Excluída a zona rural da Região Norte do país.

<sup>4</sup> No universo de 22.242 milhões de pessoas economicamente ativas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, 2.314 milhões estão sem

Segundo Santos (1999) uma das características do mercado de trabalho brasileiro é a alta concentração de trabalhadores no mercado irregular, ilegal, clandestino ou não-formal, abrigando cerca de 55% da população economicamente ativa.

Estes dados tornam inquestionável a situação de emergência que o problema do desemprego ocupa no cenário nacional.

Com efeito, as empresas e indústrias apresentam como finalidade de metas diminuir os custos, sendo a diminuição de postos de emprego a estratégia mais valorizada e utilizada, por acarretar encargos muito pesados<sup>5</sup>, bem como pelo desenvolvimento de máquinas que realizam o trabalho de vários empregados, não havendo razão para a manutenção de cargos excedentes.

O desemprego estrutural é, portanto, originado por esta situação: fim de postos de trabalho em virtude da criação de máquinas capazes de desempenhar as funções de forma

---

emprego. Dentre estas pessoas, 47,9%, ou seja, 1.108 milhões está procurando emprego no período compreendido entre 31 dias e 6 meses, e 14%, o equivalente a 323.960 mil pessoas, há mais de um ano e menos de dois anos. Dados disponíveis na página <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 17.05.2006.

<sup>5</sup> No Brasil, os encargos sociais correspondem a 102% do salário pago ao empregado. Na França este percentual é de 80%; na



mais rápida e econômica. Esta realidade não é nova, sempre foi verificada ao longo da história, com a criação da roda, da máquina de tear, da máquina a vapor, da utilização do petróleo e da energia na indústria, contudo, a “inovação” consubstancia-se na velocidade, na intensidade com que as novas tecnologias estão sendo originadas e aplicadas a todos os setores da economia, bem como na perfeição com que as novas máquinas realizam suas funções, tornando prescindível a atuação humana. De Masi (2000) confere suporte a este pensamento, pois esclarece que antigamente, não obstante a tecnologia retirasse alguns postos de trabalho, havia a necessidade de trabalho humano para a construção das máquinas, e o lucro angariado era reinvestido na mesma ou em novas fábricas, de forma que se estava contribuindo para a geração de novos empregos, hodiernamente, houve ruptura dessa sistemática com o advento da eletrônica, principalmente com a introdução dos microprocessadores, posto que não mais há compensação dos empregos extintos.

O avanço da tecnologia no Brasil é tão veloz quanto nos demais países do globo, principalmente depois que se iniciou a transição da economia fechada para a economia aberta, quando se fez necessário aos empresários brasileiros

---

Alemanha, 60%; na Inglaterra, 59%, na Itália, 51%, nos Estados

tornarem-se mais competitivos para se manterem no mercado nacional e conquistarem o mercado internacional. Assim, o aumento da produtividade alcançado com a utilização das máquinas incentivam as demissões em massa. Os setores primário e secundário precisam cada vez menos de trabalhadores. O setor terciário não sendo capaz de absorver todo o contingente de mão-de-obra que existe a sua disposição, trouxe como consequência o aumento do número de contratações precárias, terceirizadas e sem carteira de trabalho assinada<sup>6</sup>.

Por outro lado, Pastore (1998, p. 183) afirma que “um trabalhador no Brasil custa o valor do seu salário mais 102%”<sup>7</sup>, de forma que os altos encargos trabalhistas e sociais

---

Unidos, 30% e no Japão, 12%. (SANTOS, 1999, p. 69-70).

<sup>6</sup> De acordo com o IBGE, em março de 2006 existiam cerca de 2.890 milhões de pessoas trabalhando sem carteira de trabalho assinada, no universo de 22.242 milhões de pessoas entrevistadas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Dados disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 17.05.2006.

<sup>7</sup> Paga-se percentagens sobre o salário para previdência social (20%), FGTS (8%), salário-educação (2,5%), acidente de trabalho (2% em média), Sesi (1,5%), SENAI (1%), SEBRAE (0,6%), INCRA (0,20%), repouso semanal (18,91%), férias (9,45%), feriados (4,36%), abono de férias (3,64%), aviso prévio (1,32%), auxílio enfermidade (0,55%), gratificação natalina (10,91%), despesas de rescisão contratual (2,57%), incidência do FGTS sobre o 13º salário (0,87%) e incidência das obrigações sociais sobre as obrigações de salários indiretos (13,68%) (PASTORE, 1998, p. 183).

com os quais o empregador deve arcar por cada empregado e a impossibilidade de negociá-los, também contribui para a troca de mão-de-obra humana por “mão-de-obra de silício”.

Registre-se, ainda, que as privatizações das empresas estatais no início da década de 1990 ocasionaram um grande número de demissões devido ao princípio de enxugamento de despesas do setor privado.

A flexibilização das leis trabalhistas emergiu na seara nacional como uma tentativa de incentivar a manutenção dos postos de trabalho já existentes e a criação de novos empregos. Assim, verificou-se a introdução do sistema de institutos como, por exemplo, o sistema de banco de horas que conferiu a possibilidade de compensação da jornada em um período de doze meses; o novo modelo de contrato provisório disciplinado pela Lei nº 9.601/98 estabelecendo a possibilidade de contratação mediante negociação coletiva para a criação de novos postos de trabalho nas empresas, concedendo, em contrapartida, diminuição de encargos sociais e trabalhistas e preferência aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como vantagens para os empregadores; a inclusão na Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1994, do art. 58-A permitindo a contratação em regime de tempo parcial, desde que a jornada de trabalho não exceda 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Estimula-se, igualmente, a negociação coletiva entre os representantes dos empregadores e os sindicatos, mas que poderá apresentar complicadores para a classe trabalhista, principalmente pelo fato de o sindicalismo brasileiro ter uma história de fragilidade, sem poder de barganha, devido ao sistema corporativista adotado desde o início da institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil, na década de 1930.

Contudo, não se conseguiu alcançar os objetivos que se propunha com a flexibilização das normas de continuidade do contrato de trabalho e de aumento do número de empregos, pelo contrário, estas medidas serviram apenas para precarizar, ainda mais, o cenário laboral pátrio, pois os lucros conseguidos pelos empregadores com as medidas flexibilizadoras não são transformados em investimentos em novos postos de trabalho ou em melhorias das condições de trabalho.

O mercado de trabalho está se modificando, a relação de emprego apresenta-se mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade observadas no modelo convencional<sup>8</sup>. Dupas (2001) assevera que essa

---

<sup>8</sup> Até a promulgação de 1988, havia o sistema de estabilidade decenal, que impedia a rescisão contratual sem justa causa quando o empregado alcançasse dez anos de trabalho em uma mesma empresa.

mudança no paradigma da relação de emprego tem causado perplexidade, porque o emprego, nas sociedades ocidentais, ocupa lugar central não apenas referente à auferição de renda, mas também na integração social do indivíduo e na formação de sua identidade pessoal.

Registre-se, por outro norte, que, não obstante teoricamente o crescimento do número de empregos formais oferecidos esteja diretamente relacionado com o crescimento da economia, segundo Pastore (1998), embora a economia brasileira tenha crescido 18,3% entre 1992 e 1996, ao invés de haver um aumento do emprego formal na média de 7,5%, houve uma redução de 0,21%.

Segundo Korpi (1991), respeitado escritor sueco defensor da social democracia, são necessárias três condições para que os governantes consigam implantar uma política eficaz de pleno emprego: que os problemas do desemprego sejam levados à sociedade e com ela debatidos; que os meios de pôr tal política em prática estejam disponíveis aos cidadãos e sejam por eles conhecidas; e que os diversos partidos

---

Na década de 60, houve a introdução do sistema do FGTS, impondo multa de 10% sobre o valor depositado em conta corrente de titularidade do empregado existente no momento da rescisão. Após 1988, apenas esse sistema vigora, havendo como único mecanismo de proteção contra a demissão sem justa causa, o pagamento de multa de 50% sobre o valor do FGTS depositado.

políticos compartilhem da mesma opinião, de forma que a alternância partidária não estanque o desenvolvimento do projeto inicial.

Mesmo possuindo, o mencionado autor, realidade diversa da brasileira como suporte para seus pensamentos, indiscutível é que os requisitos por ele apontados para o alcance do pleno emprego apresentam conotação genérica, podendo ser relacionada a todos os países do globo.

Com efeito, analisando-se a história das políticas públicas implementadas pelos governos brasileiros, observa-se que nenhuma das orientações propostas por Korpi (1991) foram seguidas, bem como observa-se que em nenhum momento o pleno emprego foi alcançado. De fato, não há uma discussão efetiva com a sociedade civil, tanto empregadores como trabalhadores (empregados e desempregados), quanto às necessidades que devam ser priorizadas, não há a elaboração de um plano e debate com a sociedade antes de colocá-lo em prática, e as políticas são modificadas a cada quatro anos, a cada nova eleição, inexistindo uma continuidade de propostas e ações públicas.

Corroborando com o pensamento de Cecato (2005), o direito ao trabalho, não obstante tenha como base os direitos humanos de primeira e segunda geração, revela-se, hodiernamente, como um direito de terceira geração, ou seja,

de solidariedade e de fraternidade, visto que há necessidade de engajamento de toda a sociedade em prol da luta contra o desemprego, principalmente, o desemprego estrutural.

Destarte, no momento em que o setor privado não tem interesse em promover o pleno emprego, que a sociedade civil não se encontra ainda estruturada para o combate ao desemprego e que o Estado não tem condições de arcar com o compromisso, assumido constitucionalmente, de busca do pleno emprego (art. 170, inc. VIII) e de proteger os trabalhadores em face da automação (art. 7º, inc. XXVII), não resta outra alternativa às pessoas que fazem parte da população economicamente ativa e estão sem emprego senão a entrada no mercado informal ou ilegal, onde qualquer noção de dignidade lhes é renegada.

#### **4 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

A Constituição Federal de 1946, a primeira a tratar da dignidade, estipulava em seu art. 145 a valorização do trabalho humano e a garantia de trabalho capaz de possibilitar a existência digna, enfatizando o trabalho como obrigação social.

A garantia da “existência digna” presente na Lei Maior de 1946 e olvidada na Constituição Federal de 1967, quando o Brasil estava sob o sistema ditatorial, volta a aparecer na Carta Magna de 1988.

Com efeito, o princípio orientador do atual ordenamento jurídico brasileiro é o da dignidade da pessoa humana, uma vez que por estar a coletividade política nacional assentada em valores que o priorizam (SILVA, 2003), inspira o sentido das demais normas. De fato, encontra-se previsto como fundamento do Estado Democrático de Direito pelo art. 1º, inc. III da Carta Magna. Embora não haja pensamento pacífico quanto ao seu conceito e conteúdo, o preceito da dignidade inegavelmente decorre do fato de ser o homem não um objeto, mas um sujeito de direitos inserido em uma sociedade com valores morais e sociais e que possui a faculdade de se autodeterminar e de se desenvolver. Dray (1999, p. 143) afirma que:

[...] a realidade é que a defesa desta dignidade parte da constatação de que o Homem que se visa defender não é o homem liberal, concebido de forma isolada [...]. Pelo contrário, o Homem cuja dignidade se visa tutelar é o homem que vive em sociedade e como parte integrante de um todo comunitário. Assim, a dignidade humana deixa de ser



vista como a liberdade individual de cada um, absoluta e indefinida, passando a ser entendida como o livre desenvolvimento da personalidade de homens solidários, que vivem em sociedade e que perante esta são responsáveis.

Seguindo esta linha de raciocínio, observa-se que Sarlet (2001) apresenta pensamento congruente ao de Dray no momento em que propõe - não obstante reconheça a dificuldade em conseguir alcançar um determinado e singular conceito do que seja dignidade<sup>9</sup> - ser a dignidade da pessoa humana uma qualidade inerente e peculiar de cada ser humano capaz de torná-lo merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, fazendo, assim, emergir um conjunto de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa contra qualquer ato desumano ou degradante, garantam-lhe as condições mínimas para desfrutar de uma vida saudável e proporcionem-lhe possibilidade de participar ativamente e de maneira “co-responsável nos destinos da

---

<sup>9</sup> “[...] não há como negar, de outra parte, que uma conceituação clara do que efetivamente seja esta dignidade, inclusive para efeitos de definição do seu âmbito de proteção como norma jurídica fundamental, se revela no mínimo difícil de ser obtida, isto sem falar na questionável (e questionada) viabilidade de se alcançar algum conceito satisfatório do que, afinal de contas, é e significa a dignidade da pessoa humana hoje.” (SARLET, 2001, p. 38).

própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos” (SARLET, 2001, p. 60).

Ressalte-se que para um ser humano tomar consciência do seu papel enquanto co-responsável pelo desenvolvimento pleno e satisfatório da sociedade em que vive, é necessário que se sinta cidadão, posto que, corroborando com Perone (2001), é o *status* de cidadão que torna o homem titular dos direitos sociais, dentre os quais se encontra o direito ao trabalho. Inegável é, portanto, que a proteção do direito ao trabalho encontra-se dentro do rol dos direitos que devem ser garantidos aos cidadãos para que eles desfrutem de dignidade, principalmente porque, citando Cecato (2005, p. 417), “na ausência de trabalho não há que se falar em dignidade, porque a privação do ganho salarial tem reflexo direto e decisivo nas condições materiais indispensáveis a uma vida digna”.

O mencionado preceito encontra-se, portanto, estreitamente vinculado aos direitos fundamentais sociais, sendo, assim, inquestionavelmente, princípio norteador da valorização do trabalho humano e da garantia dos valores sociais do trabalho, devendo apresentar como defende Süsssekind (1999, p. 58), “profunda ressonância na interpretação e aplicação das normas legais e das condições contratuais de trabalho”.

Em considerando o direito ao trabalho um direito fundamental social, encontrando suporte no princípio da dignidade da pessoa humana, não pode ser negado ao empregado a sua dignidade enquanto trabalhador.

Com efeito, o trabalho é uma das mais antigas relações existentes entre os homens, sendo para Rousseau (1999, p. 27) a forma de aquisição da propriedade privada no período primitivo, isto é, antes do contrato social, no momento em que afirma:

Em geral, para que qualquer pessoa tenha sobre um terreno o direito de primeiro ocupante, são necessárias as seguintes condições: primeiramente, que esse terreno ainda não esteja habitado por ninguém; segundo, que apenas se ocupe a quantidade necessária para subsistir; em terceiro lugar, que tome posse dele não através de uma cerimônia fútil, mas pelo **trabalho** e pela cultura, único sinal de propriedade que, por falta de títulos jurídicos, deve ser respeitado pelos outros. (grifo nosso)

Verifica-se que, implicitamente, traz senso de legitimidade, de forma lícita de se conseguir os bens necessários à sobrevivência. Essa conotação ainda hoje se encontra inserida na noção da palavra *trabalho*. Daí porque os princípios constitucionais da valorização do trabalho humano e

do valor social do trabalho só devem ser olvidados ante atividades que maculem gravemente os valores da sociedade, como no caso de trabalho realizado para o tráfico de drogas como vendedor de entorpecentes.

Destarte, o homem, enquanto trabalhador, deve ter a sua dignidade assegurada, pois é através da atividade laboral que ajuda a desenvolver a sociedade na qual está inserido, adquire condições para prover a subsistência própria e da sua família, bem como consegue ser respeitado, e um ser digno, segundo Kant (RABENHORST, 2006, p. 113) “deve ser tratado pelos outros, mas também, por ele mesmo, sempre com respeito”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dignidade da pessoa humana, embora seja de difícil definição e delimitação, encontra-se arraigada a duas vertentes. A primeira trata da possibilidade de o homem ter acesso aos bens e serviços básicos que lhe propiciem o desenvolvimento saudável físico e mental. Já a segunda versa sobre o sentir-se digno, sentir-se inserido na sociedade. O trabalho é o meio através do qual as pessoas conseguem

alcançar os dois planos da dignidade. Com efeito, através dele consegue-se o necessário para manter a própria subsistência e daqueles que de si dependem, bem como alcança-se a satisfação de sentir-se membro da sociedade civil. Assim, o desemprego retira do trabalhador os dois viés da dignidade.

A consciência de que o desemprego estrutural, ao extinguir postos de trabalho, diminui a capacidade do mercado de absorver a mão-de-obra disponível, torna o “estar desempregado” um problema desde o momento da ruptura do vínculo laboral – fato que outrora não acontecia, porque o desemprego era conjuntural –, em virtude da grande dificuldade para conseguir adentrar novamente no mercado de trabalho, de forma que várias pessoas passam mais de um ano sem conseguir novo emprego.

O desemprego torna-se, então, um problema não só material – visto que o desempregado não consegue usufruir do mínimo necessário para sobreviver –, mas também moral, porque o respeito que o desempregado sente por si mesmo desaparece.

Assim, necessário se faz que o Estado, a sociedade civil e mesmo o setor privado da economia tentem encontrar meios para combater o desemprego estrutural, haja vista a realidade ora vivenciada ser problema não apenas daqueles

que se encontram fora do mercado de trabalho, mas de todos aqueles que compõem a sociedade.

## REFERÊNCIAS

CECATO, Maria Áurea Baroni. Considerações acerca da dignidade do trabalhador ante os reflexos da automatização. **Verba Juris**: Anuário da pós-graduação em Direito. João Pessoa, v. 4, n. 4, p. 415-46, jan./dez. 2005.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Tradução Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DRAY, Guilherme Machado. **O princípio da igualdade no direito do trabalho**: sua aplicabilidade no domínio específico da formação de contratos individuais de trabalho. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

KORPI, Tomas. **Labour market policies, employment alternatives, and the probability of leaving unemployment in Sweden**. Stockholm: Stockholm Research Papers in Demography, n. 65, 1991.

MORAES, Alexandre (Coord.). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos. **Direito do trabalho e ideologia**. Tradução de António Moreira. 5 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

PASTORE, José. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Makron Books, 1998.

PERONE, Giancarlo. Direitos do trabalho como indivíduo: os direitos sociais. In SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (Org.). **Os Novos Paradigmas do Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 61-74.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. A dignidade do homem e os perigos da pós-humanidade. **Verba Juris**: Anuário da Pós-Graduação em Direito. João Pessoa, v. 4, n. 4, p. 105-26, jan./dez. 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Leonardo Manuel Pereira Brum. 4 ed.[S.l.]: Mem Martins, 1999. (Publicações Europa – América).

SANTOS, Enoque Ribeiro. **O direito do trabalho e o desemprego**. São Paulo: LTr, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, Paulo Henrique Tavares da. **Valorização do trabalho como princípio constitucional da ordem econômica brasileira**: interpretação crítica e possibilidades de efetivação. Curitiba: Juruá, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.